

Brasília (DF), 24 de setembro de 2024.

AO SR. WILDSON PRADO OLIVEIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE LICITAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Venho por meio desta apresentar proposta para realização do curso “**Auditoria e Orçamentação de Obras Públicas com o uso do Sinapi**”, nos termos a seguir especificados, manifestando desde já a minha concordância com os termos do referido ofício.

Respeitosamente,



Documento assinado digitalmente
ANDRE PACHIONI BAETA
Data: 24/09/2024 18:36:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Pachioni Baeta

Instrutor

Auditoria e Orçamento de Obras Públicas com o uso do Sinapi

I. APRESENTAÇÃO

A elaboração da planilha orçamentária de uma obra é a peça de fechamento do seu projeto, traduzindo-o em termos econômicos e financeiros. Trata-se de etapa preparatória indispensável em qualquer contratação pública.

Uma boa estimativa do valor da contratação tem o condão de evitar a paralisação futura da obra por deficiência dos recursos orçamentários e financeiros. Portanto, aos olhos da administração pública, a estimativa de custo da obra terá a função inicial de verificar a previsão e suficiência de recursos para a conclusão do projeto.

Posteriormente, durante a licitação do empreendimento, o orçamento terá a função de servir como parâmetro para a análise da exequibilidade e da economicidade das propostas das licitantes. Balizará, ainda, o critério de aceitabilidade dos preços unitários e globais ofertados no certame.

Para o particular, por sua vez, o orçamento-base elaborado pela Administração servirá como referência e como um guia na elaboração da proposta de preços, constituindo-se como uma das principais peças do processo licitatório a ser analisada pelo construtor. Ao formular sua oferta, o empresário deverá se certificar sobre a adequação dos quantitativos de serviços orçados pela Administração frente aos quantitativos levantados a partir dos projetos da obra, apresentando, no caso de apurar divergências, pedidos de esclarecimento ou de impugnação dos termos do edital. Também deverá verificar se os valores previstos para a execução dos serviços são exequíveis e justos, em aderência aos preços praticados no mercado.

Celebrado o contrato, a planilha orçamentária terá a função de ser a principal ferramenta de controle do empreendimento. Tanto é utilizada pelas partes contratantes para a verificação da compatibilidade entre a execução física da obra e as etapas indicadas no orçamento, como para evitar a ocorrência de antecipações ilegais de pagamento. Também se constituirá no referencial físico e financeiro da contratação, peça-base para a medição dos serviços pela fiscalização contratual, para o cálculo de reajustamentos ou para eventuais alterações de espoco do objeto contratado, a serem celebradas mediante aditamentos contratuais.

Não menos importante, a planilha orçamentária apresentada pela empresa contratada igualmente pautará a equação econômico-financeira do contrato, fixando a relação que as partes estabelecem inicialmente entre os encargos do contratado e a justa retribuição de remuneração a ser conservada durante toda a execução do contrato.

Ante o exposto, considerando a importância de uma adequada estimativa dos custos do empreendimento, bem como do acompanhamento e controle dos gastos durante todo o período de implantação, há necessidade de os servidores dos órgãos de controle possuírem conhecimentos sobre a engenharia de custos e sobre os parâmetros adequados para a formação de preços de obras públicas.

Nesse aspecto, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi é o referencial oficial de preços para contratação de obras públicas e serviços de engenharia pela Administração Pública. Com relação ao tema, a Lei 13.303/2016, que disciplinou o regime licitatório das empresas estatais, e a nova Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos) trazem disposições prevendo o uso do referido Sistema, inclusive nas contratações de obras que não contam com a previsão de recursos federais.

Desde 2013, iniciou-se processo para aferir as composições de custos do Sinapi, a partir da observação de várias obras distribuídas no território brasileiro, realizando-se levantamento de dados do consumo de materiais e de produtividade da mão de obra e de equipamentos para execução de serviços.

Ante o exposto, esse treinamento visa promover um treinamento avançado sobre orçamentação de obras utilizando o Sinapi, contando com uma abordagem inédita, focada na jurisprudência do TCU sobre o tema.

No decorrer do curso, em paralelo com a apresentação do conteúdo, será desenvolvido integralmente um orçamento real, contemplando dos serviços preliminares da obra até os seus acabamentos, tomando como base as composições de custo do Sinapi.

Para esse exemplo prático, será adotado o projeto-padrão do Sinapi que contempla a obra de um edifício residencial multifamiliar, de 4 pavimentos sem elevador, com 986,34 m² de área equivalente (16 unidades habitacionais de 49,08 m²), padrão baixo, alvenaria convencional, com sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço.

II. PÚBLICO ALVO

Servidores do TCDF que atuam no controle de obras públicas e serviços de engenharia. A critério do contratante, poderão participar do curso autoridades, servidores da área meio do TCDF e de órgãos e entidades jurisdicionados, notadamente os agentes públicos que atuam como gestores e fiscais de contratos, pregoeiros, membros de comissões de licitação, agentes de contratação, equipes de apoio e de planejamento, servidores, pareceristas jurídicos e servidores de órgãos de controle interno.

III. OBJETIVO GERAL

Capacitar servidores e autoridades do TCDF na auditoria de obras públicas na avaliação de orçamentos de obras públicas de edificações, com planilhas elaboradas com base no Sinapi..

IV. MATERIAL DIDÁTICO

- Apostila contendo aproximadamente 600 slides de Power Point.

V. CARGA HORÁRIA

- 20 horas-aula.

VI. METODOLOGIA PROPOSTA

É prevista a realização de encontros presenciais para exposição da parte teórica do curso, totalizando 20 horas-aula, por meio de aulas expositivas realizadas pelo instrutor a partir de material didático previamente elaborado.

VII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

a) Introdução

- Propriedades do Orçamento de Obras.
- O processo de formação do preço de obras públicas.
- Disposições do Decreto 7.983/2013 e das Leis 14.133/2021 e 13.303/2016.

b) Visão Geral do Sinapi

- Histórico e origem. Como o Sinapi funciona?
- Tipos e relatórios gerados pelo Sinapi: Relatórios de insumos, relatórios de composições de serviços e relatórios de orçamentos de projetos.
- Manual de metodologias e conceitos do Sinapi
- Cálculos de parâmetros do Sinapi (encargos sociais, encargos complementares e custos dos equipamentos)
- Catálogo de composições analíticas

- Responsabilidades do IBGE e da CEF
- Metodologia da árvore de fatores
- Manutenção das composições e dos insumos
- Insumos representativos (C), representados (CR) e atribuídos (AS)
- Tipos de composição de custo unitário do Sinapi
- “Kits de composições”
- Composições representativas
- Composições auxiliares de transporte de materiais no canteiro de obras
- Apresentação dos principais cadernos técnicos das composições aferidas do Sinapi
- Jurisprudência do TCU

c) Mão de Obra e Encargos Sociais

- Apropriação da produtividade da mão de obra no Sinapi
- Fatores que influem na produtividade; “árvore de composições”
- Encargos sociais para mão de obra horista e mensalista.
- Conversão dos salários de mensalistas para horistas.
- Composições auxiliares de custo com mão de obra do Sinapi
 - i. Alimentação dos Empregados
 - ii. Transporte dos Empregados
 - iii. Exames médicos
 - iv. Seguro de vida
 - v. EPI
 - vi. Ferramentas
 - vii. Capacitação exigida pelas normas regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho

d) Desoneração da folha de pagamento

- Disposições da Leis 12.844/2013, 13.043/2014, 13.161/2015, 13.670/2018, 14.020/2020 e 14.784/2023.
- Quais tipos de obras estão desonerados?
- Como preparar os orçamentos para as licitações? Com ou sem desoneração?
- O impacto nos encargos sociais
- Relatórios do Sinapi com ou sem desoneração. Como e quando utilizá-los?
- A incidência da contribuição previdenciária sobre a receita bruta
- Entendimentos do TCU sobre o tema
- O impacto da desoneração da folha nos contratos em andamento. Será necessário realizar o reequilíbrio dos contratos? Como realizar tal procedimento?

e) Materiais de Construção

- Metodologia de Apropriação dos Coeficientes de Consumo no Sinapi
- Custos unitários dos materiais
- Metodologia de pesquisa de preços adotada pelo IBGE para alimentação do Sinapi
- Insumos representados x insumos representativos
- Imputação de preços

- Como orçar obras executadas fora dos grandes centros urbanos?
- Custos com fretes
- Coletas extensivas
- Transportes internos da obra
- Cotação de preços: Definição de critérios de obtenção dos custos de materiais: Menor preço (cotação no mercado ou custos de materiais objeto de pregão), Média Aritmética, Mediana, Moda.
- Aplicação por analogia da IN SLTI 65/2021 para cotação de preços de materiais.
- Utilização e cuidados com as cotações de preços
- Causas para distorções entre custos referenciais e preços efetivamente transacionados
 - i. Efeito cotação
 - ii. Efeito “Administração Pública”
 - iii. Efeito barganha
 - iv. Efeito correlação
 - v. Efeito imputação
 - vi. Efeito prazo
 - vii. Efeito marca
- Acórdão 2.984/2013 - Plenário (pesquisa de preços) e outros julgados do TCU

f) Mobilização e Desmobilização

g) Instalação do Canteiro de Obras

h) Equipamentos de Proteção Coletiva no Sinapi

i) Administração Local e Manutenção/Operação do Canteiro de Obras

- Salários da mão de obra indireta
- Custo com veículos leves e outras viaturas
- Como fazer a medição da administração local?
- Como orçar tais parcelas de custo?
- Estudos de casos e jurisprudência do TCU

j) Custo Horário dos Equipamentos

- Custos Operativos e Improdutivos
- Metodologia de cálculo dos custos horários produtivos e improdutivos utilizados pelo Sinapi.
 - i. Vida útil dos equipamentos
 - ii. Seguros e impostos
 - iii. Horas trabalhadas por ano e horas disponíveis por ano
 - iv. Depreciação
 - v. Juros
 - vi. Custo de manutenção
 - vii. Custos de operação
- O fator de tempo de trabalho (FTT) utilizado pelo Sinapi

k) BDI

- Exigência de detalhamento do BDI
- Parcelas que compõem o BDI

- i. Despesas Financeiras
 - ii. Administração Central
 - iii. Impostos
 - iv. Seguros e Garantia
 - v. Riscos (Incertezas e Contingências)
 - vi. Remuneração
- Fórmula de cálculo do BDI
 - BDI de obras beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
 - BDI Diferenciado para fornecimento de materiais e equipamentos relevantes
 - Obtenção de um BDI de referência
 - Acórdão 2.622/2013 – Plenário - Faixa referencial de BDI do TCU para obras públicas
- l) Utilização de Sistemas Referenciais de Preços e do Sinapi**
- Como utilizar tabelas referenciais de custos.
 - Outros sistemas referenciais de preços
 - Exemplos de adaptações nas composições referenciais do Sinapi
 - Elaboração de um orçamento utilizando o Sinapi
- m) Orçamento para Aditivos Contratuais**
- Inclusão de serviços novos
 - Definição do jogo de planilha
 - Pressupostos para ocorrência do jogo de planilha
 - Apuração do jogo de planilha
 - i. Método do Desconto
 - ii. Método de Comparação com a Proposta da Segunda Licitante melhor Classificada.
 - O que fazer quando o jogo de planilha for detectado?
 - Disposições do Decreto 7.983/2013 sobre aditivos.
 - Como evitar o jogo de planilha?
- n) Orçando com o Sinapi**
- Elaboração completa do orçamento para licitação de uma obra de edifício residencial multifamiliar, de 4 pavimentos sem elevador, com 986,34 m² de área equivalente (16 unidades habitacionais de 49,08 m²), padrão baixo, alvenaria convencional, com sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço.

VIII. INSTRUTOR

André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU. Possui pós-graduação em Gestão Pública e Direito Administrativo e Licitações.

É autor ou coautor dos seguintes livros:

“Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas”, da Editora Pini;

“Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações e Contratos de Obras Públicas”, publicado pela Editora Pini.

“Terceirização, Legislação, Doutrina e Jurisprudência”, publicado pela Editora Fórum;

“Lei Anticorrupção e Temas de Compliance”, editado pela Editora Juspodivm;

“Pareceres de Engenharia”, do Clube dos Autores;

“Novo Regime Jurídico das Licitações e Contratos das Empresas Estatais”, da Editora Fórum.

IX. PROPOSTA DE PREÇOS

R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), mediante emissão de nota fiscal de profissional autônomo. No referido valor estão incluídos todos os tributos, taxas e encargos sociais a cargo do contratado, nos termos da legislação em vigor.

O valor acima contempla o desenvolvimento do material didático, a realização presencial do curso, nos termos ora propostos, bem como despesas acessórias com deslocamento e alimentação do instrutor.

Correrão exclusivamente por conta do contratante os seguinte encargos: a) contribuição patronal da previdência social sobre contribuinte individual; b) emissão/impressão de certificados para os participantes do treinamento; c) disponibilização e/ou impressão de material didático (cerca de 600 slides), da forma que desejar; d) disponibilização de espaço para a realização do curso, bem como equipamentos (computador, projetor e microfone); e e) controle de frequência dos alunos, se assim o desejar.

O instrutor faculta ao contratante alocar o número de participantes que entender adequado em cada módulo, porém, ressalvando que turmas com mais de 30 inscritos podem comprometer o ritmo dos cursos.

X. LOCAL, DATA E HORÁRIO DE REALIZAÇÃO:

O curso será realizado em Brasília, nos dias de 26 e 27/11/2024 e 2 e 3/12/2024, no horário de 13:30 às 18:30.

XI. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias corridos.

XII. INFORMAÇÕES BANCÁRIAS E CADASTRAIS DO INSTRUTOR

Nome do Instrutor: André Pachioni Baeta

PIS: 1.800.045.335-0

RG: 1.206.943 SSP/DF

CPF: 490.381.501-30

Endereço para correspondência: SHIS QI 5 CONJUNTO 8 CASA 11 – Brasília (DF)

CEP: 71.615-080

Telefones para contato: (61) 98100-2493

E-mail: andrebaeta@hotmail.com

Conta para pagamento: 977.234-0

Agência: 8608-8

Banco: 001 Banco do Brasil

André Pachioni Baeta
Instrutor